



6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+ 33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Relatório da Assembleia Geral Extraordinária para a renovação do Comité Executivo.

8 de Junho de 2015 - Santander, Palácio de la Magdalena

O Secretário-Geral apresentou o método utilizado para garantir a renovação do Comité Executivo, recordando simultaneamente as restrições legais a observar, a responsabilidade das estruturas e, por fim, as consequências em termos de insucesso do processo.

Assim, foi especificado que essa designação teria de respeitar a nova PCP (rácio 60%/40%) e o acto delegado que rege o funcionamento dos CCs (No máximo e, numa primeira fase, 25 membros). Face à ausência de normas nos Estatutos, alguns pontos relacionados com a organização das eleições (períodos para candidaturas, número de poderes..) tiveram também de ser estabelecidos pelo Comité Executivo, encarregado da organização dessas eleições, em virtude da decisão tomada aquando da Assembleia Geral do ano passado.

Para além disso, de modo a fluidificar o processo eleitoral, determinadas propostas do Comité Executivo serão submetidas à aprovação dos membros da Assembleia Geral.

Foram rapidamente emitidas perguntas em torno da legitimidade de alguns potenciais novos ingressantes para o Comité Executivo, no interior do Colégio Outros Grupos de Interesse. Foi indicado que a afectação dessas estruturas para um colégio era, nalguns casos, um exercício arriscado, complexo, principalmente dependente dos critérios a levar em consideração, devido a um acervo regulamentar pouco explícito. Foi proposto e validado adiar este ponto para a altura da realização da designação referente ao colégio Outros Grupos de Interesse.

Para além do mais, foi especificado que a ACPA se candidatava para o colégio Sector, entre as estruturas que representam o ramo, para além das que representam directamente os pescadores.

Após ter percorrido os vários elementos de método (acordo sobre a distribuição dos assentos e das estruturas elegíveis e, em seguida, designação), os membros da Assembleia Geral procederam à sua validação por unanimidade.

Numa primeira fase, os membros da Assembleia Geral foram interrogados relativamente à repartição dos assentos para o Comité Executivo - proposta em grande parte decorrente dos acordos históricos:

- 4 assentos para as estruturas Pesca Nacionais de Espanha, França e Portugal
- 1 assento para as estruturas Pesca representando os Países Baixos e a Bélgica
- 2 assentos para as estruturas Não Nacionais
- 10 assentos para o colégio Outro Grupo de Interesse.



6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+ 33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Esta proposta foi validada por unanimidade.

Foi apresentada a proposta de lista dos candidatos elegíveis bem como o método na origem da sua constituição. Os membros (P. Laffargue, J. Rato) que aceitaram retirar a candidatura, de modo a não fragilizar o processo foram agradecidos. Devido à persistência e até exacerbação das incertezas expressas acerca da correcta afectação de todas as estruturas apresentadas no âmbito do colégio Outros Grupos de Interesse, foi acordado validar a lista dos candidatos elegíveis, independentemente do respectivo colégio. Mediante esse esclarecimento, a lista proposta foi validada por unanimidade.

Em seguida, foi dado início à designação, tendo em conta as situações dentro de cada grande família.

No caso de 3 dessas grandes famílias (Estruturas Pesca Nacionais para França, Portugal e Bélgica), foi encontrado um acordo antes da reunião, levando este à designação mecânica de ANOP, FEDOPA, CNPMEM, Pêcheurs de Bretagne, ADAPI, OP CERCO, VianaPesca, Federação de Pescadores dos Açores e SDVO).

No referente a Espanha, foi apresentado um acordo maioritário ao próprio sector. 2 assentos serão atribuídos a «Altura», distribuídos entre 3 membros (M. Rodriguez, E. Miguez e T. Teixeira) que partilharão esses mesmos assentos durante um determinado período, consoante um calendário transmitido ao Secretariado. No que respeita aos 2 assentos atribuídos a «Bajura», serão encaminhados para a OPEGUI e a Federação Galega das Cofradias. A Federação Regional das Astúrias indicou que não se oporia frontalmente à proposta, considerando, contudo, que a mesma não representava suficientemente a pesca artesanal, componente maioritária da frota das Astúrias. Por esse motivo, indicou claramente que solicitaria um aumento do número de assentos do Comité Executivo, em virtude da disposição prevista no acto delegado. No respeitante a este ponto, foi indicado que teriam de ser definidos elementos de método uma vez a designação concluída.

Os elementos constitutivos do acordo foram pormenorizados e, em seguida, a referida proposta de designação, validada.

Os dois pontos mais problemáticos disseram respeito aos 2 restantes assentos do colégio Sector e colégio Outros Grupos de Interesse.

No que respeita aos 2 restantes assentos do colégio Sector, foi recordada a proposta do Comité Executivo (ETF e um representante da transformação), emitida no âmbito da representatividade. Essa proposta levaria, em princípio, a uma proposta de atribuição de um assento para a indústria da transformação, e, em seguida, a uma proposta de designação de ETF. Para além disso, foi confirmado que os 2 candidatos que representam a indústria da transformação chegaram a um acordo (sendo a AIPCE a única estrutura formalmente candidata, que será representada por um membro da Anfaco).





6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Esta proposta foi contestada por vários membros, que lembraram que a Assembleia Geral era soberana e que, por isso, tinha de ser organizado um voto global para identificar as 2 estruturas. Por sua vez, a representante da ANFACO salientou que a atribuição de um assento para a transformação devia ser vista como subsequente de um acordo histórico e que a não designação da transformação seria contestada por não observar os Estatutos. Finalmente, foi expresso que a AIPCE também representava os comerciantes.

Vários diálogos incidiram sobre a leitura dos Estatutos, especialmente sobre o 3º parágrafo do artigo 22. Opuseram-se várias interpretações, impossibilitando um acordo unânime sobre a oportunidade de conceder um assento à transformação. Os membros históricos do CC Sul, que participaram na sua pré-figuração, foram interrogados. Foi indicado que o referido acordo tinha, de facto, sido conseguido.

Apesar desses elementos, não sendo visivelmente possível um acordo, mesmo após uma interrupção de sessão, foi decidido proceder ao voto por escrutínio secreto, tendo os membros que se posicionarem entre as 3 estruturas candidatas, para identificar os 2 futuros membros do Comité Executivo.

58 boletins de voto foram depositados, com 2 votos brancos ou nulos e 56 expressos. O resultado foi o seguinte:

- 55 para ETF
- 33 para ACPA
- 24 para AIPCE

ETF e ACPA foram, por conseguinte, eleitos.

No que respeita aos outros Grupos de interesse, os potenciais novos ingressantes apresentaram as suas estruturas, explicando em que é que, na sua opinião, pertenciam de facto a esse colégio. Apresentaram-se várias opções, em termos de decisões, entre as quais, aguardar o resultado de uma análise antes de os integrar mecanicamente ou, pelo contrário, aceitar as estruturas problemáticas numa primeira fase e, caso se chegasse à conclusão da sua não conformidade, proceder à sua evicção mecânica.

A Comissão Europeia referiu que as decisões tinham, em primeira instância, de ser tomadas pelos membros da Assembleia Geral. Para além disso, a representante da Comissão mencionou que, em primeira leitura e apenas a título pessoal, considerava que BlueFish, Aglia e Fremss deviam ser mais vistas como representantes do sector.

Foi finalmente acordado propor a designação das 10 estruturas candidatas, permitindo, em simultâneo, a cada membro da Assembleia Geral enviar um requerimento ao Secretariado, no sentido de a DG Mare redigir perícias mais aprofundadas relativamente à afectação correcta dos membros. Foi ainda acordado que, qualquer membro em desacordo com esta decisão, podia transmitir um recurso ao Secretariado, para este ser levado em consideração.





6 rue Alphonse Rio - 56100 Lorient - FRANCE
+ 33 297 83 11 69 - info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

Esta proposta foi validada, mesmo se os representantes das ONGs Ambientais denunciaram a situação, considerando claramente que BlueFish, Aglia e Fremss representavam o sector.

Método para o requerimento destinado a favorecer a representatividade da pesca artesanal

O Secretário-Geral explicou que era preciso chegar a um acordo de método, para a activação do referido requerimento, pelo que apresentou várias opções. Sendo necessário um certo tempo para a análise das mesmas, a adopção de uma decisão foi adiada para uma data posterior.

Relatório do Comité Executivo 9 de Junho 2015 - Santander - Palácio de la Magdalena.

A ordem do dia foi validada.

O Comité Executivo recebeu uma única candidatura para o lugar de Presidente do CC Sul: a de Aurelio Bilbao Barandica.

Yves Foëzon foi reeleito Vice-Presidente, ocupando assim o lugar atribuído para França.

Os dois outros lugares de Vice Presidente serão atribuídos aquando de um próximo Comité Executivo, tendo em conta a ausência de acordo das grandes famílias (Sendo G. Amaral e A. Cabral candidatos para Portugal), Oceana e BlueFish para os outros grupos de interesse.

O parecer sobre a informação ao consumidor será, para além disso, adoptado mediante consulta electrónica.

Relatório da Assembleia Geral Extraordinária para a eleição do Presidente 9 de Junho de 2015 - Santander - Palácio de la Magdalena.

Aurelio Bilbao Barandica foi eleito Presidente do CC Sul por aclamação e unanimidade, nenhum dos membros presentes tendo manifestado o seu desacordo.

O mandato técnico outorgado ao Secretariado nos termos dos Estatutos foi renovado para os próximos 4 anos.



6 rue Alphonse Rio · 56100 Lorient · FRANCE
+33 297 83 11 69 · info@ccr-s.eu
www.ccr-s.eu

F. Portela-Rosa expressou o seu profundo agradecimento à equipa técnica do CC SUL pelo envolvimento demonstrado e os trabalhos realizados - agradecimentos esses reiterados pelos membros da Assembleia Geral.

PROJECTO

